

Equador: Paralisação nacional contra o governo

Fonte: [La Palabra Abierta](#) (16/07) – Tradução: Charles Rosa

As organizações camponesas, afrodescendentes, pequenos comerciantes, trabalhadores da saúde, elétricos, entre outros, estão em pé de luta, segundo um comunicado que anuncia uma “paralisação nacional” que terá lugar entre os dias 15 e 19 de julho no Equador.

A medida de protesto social está focada em fazer o governo de Lenin Moreno a rejeição a suas políticas “neoliberais e contra o avanço do extrativismo mineiro e petroleiro”, e “em rejeição à entrega das Ilhas Galápagos para interesses do imperialismo norte-americano”. Também os organizadores do movimento rejeitaram “as privatizações” das empresas públicas, as “demissões massivas” dos trabalhadores e o aumento das tarifas dos serviços básicos.

“Revive a luta social: de 15 a 19 de julho o país se levanta em unidade com um chamado camponês de desespero e esperança, por nossos campos, por nossa comida, por nossa pátria, vamos sem temor a esta jornada cujo triunfo será de nossos filhos”, manifesta um comunicado dos convocantes à paralisação nacional.

O anúncio das mobilizações surge em pleno processo de diálogo do Acordo Nacional 2030, uma iniciativa impulsionada pelo presidente Lenín Moreno. O Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou um empréstimo de 4,2 bilhões para apoiar as políticas econômicas impulsionadas pelo governo de Lenín Moreno nos próximos três anos.

Deste modo, organizações camponesas do Equador iniciaram nesta segunda-feira mobilizações em Bolívar e Chimborazo contra as políticas agrárias do governo de Lenín Moreno, as quais,

afirmam, beneficiam a transnacionais.

Por sua vez, a Frente Unitária de Trabalhadores – FUT participa da paralisação nacional, frente às possíveis reformas laborais. Dirigentes provinciais mantiveram reuniões em Quito para definir estratégias políticas e sociais. Rejeitam a jornada laboral de seis dias e até 12 horas laborais, aposentadoria aos 75 anos, aumentos dos aportes ao Instituto Equatoriano de Seguridade Social (IESS); além disso, das eliminações do pagamento de horas suplementares, extraordinárias, aposentadoria patronal, bonificações por aposentadoria, descansos aos sábados e domingos, direito a manifestações ou greves, subsídio do gás – gasolinas e a flexibilização laboral.

As organizações convocantes à paralisação nacional destacaram “o fechamento de mais de 40 pontos das estradas em serra, costa e oriente, além da participação do setor urbano na terça-feira, 16 de julho, em especial nas grandes cidades como Quito, Guayaquil, Ambato, Riobamba, Portoviejo e Ibarra”, segundo manifestaram.

Entre os fatos pontuais que denunciam está a entrega do fundador de WikiLeaks, Julian Assange, aos Estados Unidos, o que põe em risco sua vida; assim como a saída do bloco de integração regional UNASUR, com sede em Quito. A isso se somam fatos nacionais como a demissão de centenas de milhares de trabalhadores públicos, o descumprimento das ofertas públicas de campanha, a subida dos preços do combustível e das tarifas dos serviços públicos, entre outros. A convocatória está assinada por José Ariza de CONAICOP Equador e Secretaria Unasur, Rede de Psicólogos Nossoamericanos e o Comitê do Povo.

Por sua vez, a ministra do Interior, Maria Paula Romo tem muito trabalho nestes dias. Romo disse que os setores que convocam a paralisação nacional “são os que provocaram a crise do país”. Chama a atenção que por minimizar uma medida opositora a funcionária esconda a realidade. “O protesto

social é legítimo. Não permitiremos pretextos para a violência”, confirmou a secretária de Estado.

Observadores internacionais destacaram que há mais de 12 anos que o Equador não vivia uma jornada de protesto antigovernamental, que desta vez se inscreve numa crescente onda de rejeição social ao governo de Lenín Moreno. Equador voltou aos períodos de desestabilização política e social, destaca a imprensa internacional.